

**Teorias e práticas curriculares na educação profissional e tecnológica<sup>1</sup>**  
**Curricular theories and practices in professional and technological education**  
**Teorías y prácticas curriculares en la educación profesional y tecnológica**

Recebido: 06/10/2019 | Revisado: 15/10/2019 | Aceito: 28/10/2019 | Publicado: 31/10/2019

**Salvador Rodrigues de Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3248-783X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Brasil

E-mail: [salvador.r.oliveira@gmail.com](mailto:salvador.r.oliveira@gmail.com)

**Sueli Soares dos Santos Batista**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8126-9615>

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Brasil

Email: [suelissbatista@uol.com.br](mailto:suelissbatista@uol.com.br)

**Ivanete Bellucci Pires de Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3090-6503>

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Brasil

E-mail: [ivanete.bellucci@gmail.com](mailto:ivanete.bellucci@gmail.com)

## **Resumo**

Como se tem dado a construção de diretrizes e arquiteturas curriculares admitindo a relação entre educação e trabalho? A partir dessa questão, este estudo baseia-se na leitura do campo da teoria crítica do currículo, na história da educação profissional e tecnológica no Brasil e na perspectiva da abordagem problemática da relação entre escolarização e profissionalização. À luz desses estudos, o objetivo foi analisar publicações institucionais relacionadas à organização curricular no contexto dos cursos técnicos oferecidos por uma instituição pública de educação profissional e tecnológica no Estado de São Paulo.

**Palavras chave:** Currículos e Programas; Educação e Trabalho; Educação Profissional e Tecnológica.

## **Abstract**

---

<sup>1</sup> Artigo relacionado ao Projeto Fapesp Processo 2018/03106-8

How has the construction of guidelines and curricular architectures been given admitting the relation between education and work? From this point of view, this study is based on the reading of the field of critical curriculum theory, on the history of professional and technological education in Brazil and on the problematic approach to the relationship between schooling and professionalization. In the light of these studies, the objective was to analyze institutional publications related to curricular organization in the context of the technical courses offered by a public institution of professional and technological education in the State of São Paulo.

**Keywords:** Curricula and Programs; Education and Work; Professional and Technological Education.

### **Resumen**

¿Cómo se ha dado la construcción de directrices y arquitecturas curriculares admitiendo la relación entre educación y trabajo? A partir de esta cuestión, este estudio se basa en la lectura del campo de la teoría crítica del currículo, en la historia de la educación profesional y tecnológica en Brasil y en la perspectiva del abordaje problemático de la relación entre escolarización y profesional. A la luz de estos estudios, el objetivo fue analizar publicaciones institucionales relacionadas con la organización curricular en el contexto de los cursos técnicos ofrecidos por una institución pública de educación profesional y tecnológica en el Estado de São Paulo.

**Palabras clave:** Currículos y programas. Educación y Trabajo. Educación Profesional y Tecnológica.

## **1. INTRODUÇÃO**

As transformações em curso nos setores da economia brasileira a partir de 1990, redefinindo as relações entre educação, trabalho e emprego, estão obrigando as instituições educacionais a repensarem projetos e estratégias. Nesse sentido, a redescoberta da formação profissional parece ser indicativa de uma busca de formas alternativas, por intermédio das quais se tenta recompor a própria identidade com base no trabalho. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), neste sentido tem sido considerada na sua centralidade quanto às políticas de formação de recursos humanos para ciência, tecnologia, inovação e também como fundamental para o desenvolvimento social, tentando-se romper com o dualismo estrutural historicamente construído entre formação técnica e formação humanística (Manfredi, 2016; Lopes, 2019).

Na perspectiva de que “mais e melhor educação” para os jovens é uma entre outras ações importantes para buscar a sua inserção social, este estudo parte do pressuposto de que é importante analisar a historicidade e as perspectivas dos fundamentos e práticas da educação profissional e tecnológica, com um recorte que vise compreender a importância do currículo nas propostas e programas inerentes às políticas públicas e ações pontuais enfocadas na EPT

Tendo no horizonte o cenário das diretrizes curriculares para EPT como situação problema, elegemos como enfoque nesta pesquisa o alcance e a avaliação do currículo na formação profissional para os jovens que procuram se profissionalizar e que se constituem num fluxo anual de ingressantes e, por outro lado, de egressos sobre quem recai as possibilidades da empregabilidade e das oportunidades que surgem no mundo do trabalho.

Como tem se dado a construção de diretrizes e arquiteturas curriculares admitindo-se a relação entre educação e trabalho, à medida que a educação tem sido adotada como central em uma política nacional de preparação dos jovens no mercado de trabalho?

O objetivo desse estudo é analisar publicações institucionais relacionados à organização curricular no contexto dos cursos técnicos oferecidos pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), instituição pública de educação profissional e tecnológica no Estado de São Paulo. Assim buscou-se analisar a trajetória de inovações e reformulações curriculares promovidas no contexto dos cursos técnicos oferecidos por esta instituição. Esta análise ocorre a partir de publicações feitas a partir de 2010 por docentes pesquisadores vinculados à instituição, na tentativa por conhecer e compreender a memória e a história da EPT em seus mais variados aspectos (Carvalho, 2011, 2013).

## **2. ESTUDOS SOBRE CURRÍCULO NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1980: ENTRE A ADAPTAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO**

Segundo Macedo (2006), desde a década de 1980 a produção acadêmica no campo do currículo no Brasil vem crescendo de maneira significativa. A autora aponta de acordo com dados do CNPq, que só na área da Educação havia no ano de 2006, 147 equipes dedicadas a estudos direcionados ao campo do currículo. Pôde ser constatado que o aumento quantitativo das publicações sobre currículo vem sendo acompanhado por quesitos de qualidade, uma vez que a maioria delas contextualiza e estabelece diálogos críticos em relação às publicações nacionais e internacionais. Os estudiosos das teorias do currículo no Brasil consideram que,

a partir dos anos 1990, as pesquisas neste campo se solidificaram e ganharam força, sendo que levantamento feito nesse período constatou que houve um crescimento tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo nas propostas curriculares (Macedo, 2006).

Para este autor é primordial que o campo do currículo seja estudado de maneira a abarcar todas as situações e conceitos que lhe são inerentes, de modo a considerar a cultura escolar e a cultura da escola, bem como suas relações com o poder e com a política, contextualizando e levando o currículo formal ou de fato e o currículo vivido ou em ação, buscando-se também ir além da dicotomia entre esses dois conceitos. Segundo Cunha (2003), a reformulação ou inovação curricular não deve ser feita simplesmente retirando e/ou acrescentando conteúdos, aumentando ou reduzindo a carga horária de cursos, muitas vezes desconexas e fora de contexto sócio-histórico e cultural.

Para uma proposta curricular inovadora e eficaz é essencial a incorporação no currículo de conteúdos voltados para as questões pedagógicas e do campo científico. A autora relata que o campo do currículo não deve ficar subordinado ou servir aos interesses unicamente dos setores econômicos e produtivos, sendo esses fortemente influenciados por políticas neoliberais incitadas sutilmente por interesses das agências multilaterais para atender objetivos meramente econômicos de multinacionais em sua maioria originárias de países desenvolvidos, tendo como agentes intermediadores o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano, entre outros

A matriz curricular deve ser consistente, de modo a relacionar conteúdos curriculares não somente às habilidades técnicas e profissionais, pressupondo-se um ensino que aborde teorias e práticas que estejam contextualizados com a pesquisa científica, a vida social e à cidadania (Moreira & Silva, 2011).

Diante do exposto conclui-se que o currículo, numa perspectiva emancipadora deve ser construído de maneira planejada e articulada, com participação social, valorizando a diversidade cultural e conhecimento sócio-histórico, construído na formulação de uma matriz curricular direcionada para uma formação completa do estudante. Ou seja, os conteúdos deverão estar relacionados às pesquisas científicas e desenvolvimento integral do indivíduo e preparo para a vida cidadã. Concebendo-se o currículo um artefato social e cultural, fruto de lutas e contestações, sempre exposto a mudanças e transformações, pode-se concordar com Moreira e Silva (2011) para quem o currículo é um terreno de produção educativa e social e de política cultural.

Quanto à educação profissional Ciavatta e Ramos (2012) analisam como esta modalidade de ensino tem sido colocada, pelas políticas públicas, à disposição dos segmentos empresariais que impõem:

[...] uma visão adaptativa e acrítica ao mercado de trabalho em um momento de mudanças nas bases produtivas, de redução do nível de emprego e de transferência de responsabilidade aos trabalhadores de se manterem empregados através da formação – sob a ideia de empregabilidade, laboralidade, empreendedorismo, amplamente criticadas, mas de grande influência na população (p.33).

Os argumentos utilizados para a necessidade de regulação e reflexão sobre os currículos têm se construído, sobretudo, a partir dos anos 1980, pela necessidade de acompanhar os avanços no campo das ciências e da tecnologia. Mas há que se reconhecer, nas transformações e diversificações das questões sociais, uma grande necessidade de repensar o currículo e promover inovações de modo a dar suporte para acompanhar e contribuir com novos avanços no campo do saber e transformação social.

Para Cordão (2013), as reformas educacionais, em seus avanços e recuos, têm sido acompanhadas, a partir dos anos 1990, pela implementação de diretrizes curriculares devido aos avanços nos campos científico e tecnológico, intermediados pela microeletrônica que possibilitou a substituição de procedimentos de conhecimento da eletromecânica por aplicações inovadoras compostas por procedimentos baseados na microeletrônica. Isso exige um tipo de formação que supera a perspectiva das áreas profissionais para a implementação dos eixos tecnológicos nos cursos técnicos e tecnológicos. Essa mudança tem como pressupostos, necessidades de elaboração de novas propostas de diretrizes para a formação desse profissional da educação profissional, considerando que são profissionais que irão ter uma atuação mais direta na articulação ou interação de conhecimentos relacionados às novas tecnologias.

Para que haja uma formação profissional compatível com os últimos avanços nos fundamentos científico-tecnológicos, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara da Educação Básica (CEB), por meio do Parecer CNE/CEB nº 11/2012, deu origem à Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, buscando contribuir com uma formação profissional técnica inovadora, estabelecendo conexões e meios entre conhecimentos operacionais e conhecimentos conceituais, por meio de articulações propostas para composição da matriz curricular do curso técnico (BRASIL, 2012).

Os esforços governamentais para regular a produção e implementação de currículos se intensificaram a partir dos anos 1990, configurando-se o que Ciavatta e Ramos (2012) designaram de “Era das diretrizes”. Esta era das diretrizes, segundo as autoras vinha sendo engendrada desde o final dos anos 1960 quando foi solapada a concepção de *bases* para a educação pública.

Analisando estas diretrizes, que foram sobrepostas à concepção de “bases” então constituídas em diálogos com os movimentos populares, as autoras afirmam que, a história da política da educação dos trabalhadores e sua regulamentação curricular expressam as marcas do Estado que afiançou a consolidação de um capitalismo dependente, comprometido com os interesses estritamente econômicos. Acrescentam ainda que:

As regulamentações na educação sempre cumpriram a finalidade de obtenção do consentimento dos governados, seja diretamente pela coerção, seja desta revestida de hegemonia. Neste último caso, a relação entre sociedade civil e Estado amplia-se, especialmente pela participação organizada da primeira para disputar o sentido das políticas públicas (Ciavatta & Ramos, 2012, p. 33)

Nos limites deste estudo é importante que tenhamos como horizonte as problemáticas relações do ensino médio com a educação profissional, à medida que dessas relações pode se definir se o ensino médio como uma etapa preparatória ou com o caráter de terminalidade dos estudos (Oliveira, 2016). Assim as necessárias articulações entre escola e trabalho para responder satisfatoriamente às exigências de formação profissional em nível médio não se esgotam em indicadores quantitativos de empregabilidade ou em reformas educacionais como a proposta pela Lei federal de 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 ao flexibilizar currículos e certificações deixa intocada a dualidade entre formação propedêutica e formação para o trabalho.

As relações entre as reformas do ensino médio e a profissionalização exigem estudos específicos e aprofundados sobretudo com as mudanças postuladas pela reformulação de 2017 (Araujo, Florambel, Jucá & Silva, 2019).

### **3. A PROBLEMATIZAÇÃO SOBRE FUNDAMENTOS E PRÁTICAS CURRICULARES NOS CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO CEEETEPS**

Elegemos como objeto de estudo publicações de docentes pesquisadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) que tratam das concepções e práticas institucionais quanto ao currículo dos seus cursos técnicos. As publicações

apresentadas e analisadas e que se configuram como *corpus documental* desta pesquisa são os artigos da Profa. Dra. Fernanda Mello Demai publicados em 2011 e 2011 e um artigo publicado pelo Prof. Ms. Almério Melquíades de Araújo, em 2016. Os três artigos se inserem num esforço coletivo e institucional que se desenvolve dentro das atividades do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional (GEPEMHEP) que realiza, desde 2002, um trabalho de levantamento bibliográfico e documental acerca da história e da memória das unidades escolares vinculadas ao Ceeteps. Os três artigos foram publicados em livros que são coletâneas dos trabalhos apresentados em eventos organizados por este grupo periodicamente (Carvalho, 2011, 2013).

Demai (2011), em seu artigo intitulado “O currículo escolar em educação profissional e a formação de parcerias: experiências e tendências do Centro Paula Souza”, apresenta o seu objeto e a sua metodologia de análise (as práticas de elaboração curricular dos cursos técnicos e tecnológicos oferecidos pela instituição), como algo em que há a “necessária adequação” às “demandas socioprofissionais e políticas” (p. 61). A partir deste pressuposto fundamentado, segundo a autora, “de acordo com sua historicidade”, não se questionará esta relação entre formação para o trabalho e as contradições do desenvolvimento tecnocientífico, corroborando-se sem mais a noção de competências e habilidades.

A autora passa então a definir a concepção de currículo escolar em EPT no Ceeteps como “a organização de perfis profissionais, atribuições, atividades, competências, habilidades e bases tecnológicas, distribuídos em cargas horárias e em componentes curriculares” (p. 62). Abdicando da discussão das matrizes teóricas e educacionais que fundamentam esta concepção de currículo, resta à autora narrar como foram organizadas as arquiteturas curriculares de alguns cursos caracterizados por seu ineditismo e formato de planejamento e execução. A autora traz uma ideia de inovação no currículo a partir das exigências legais das diretrizes curriculares implementadas nos anos 2000 que, como já foi ressaltado nos limites deste trabalho e também reconhecido pela autora, surgiram para atender as mudanças nos mercados produtivos e de trabalho.

Neste esforço institucional, a autora destaca o trabalho feito pelo Laboratório de Currículos que se destaca pelas parcerias com outras instituições públicas e privadas, algo que está mais detalhado em outro capítulo de sua autoria, analisado a seguir.

Em outro artigo publicado em 2013, intitulado “O trabalho de Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza: histórico e organização”, a Profa. Dra. Fernanda Mello Demai, propõe-se “realizar uma síntese histórica, metodologia e organização do trabalho de elaboração, de reelaboração, de implantação e de pesquisa curricular” no contexto de um

grupo criado para a execução destas tarefas (p. 357). Como ocorrido no texto de 2011, a autora se dedica a estabelecer definições para currículo escolar sem se valer de leituras específicas deste campo do saber, abstendo-se de realizar uma reflexão mais ampla quanto às teorias e práticas educacionais, não mencionando autores que vêm problematizando as diretrizes educacionais. As obras dos profs. Antonio Flávio Moreira e Tomaz Tadeu Silva são sugeridas para leituras ao final do trabalho, sem que estas leituras tenham sido mencionadas no estudo. De uma forma menos implícita, o artigo demonstra o alinhamento com a pedagogia das competências, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais.

O Laboratório de Currículo aparece subsumido ao Grupo de Formulação e Análises Curriculares (GFAC) cujas atribuições foram definidas por deliberação específica do Ceeteps no ano de 2008. Essas atribuições são sobretudo de produção e gestão do currículo visando atender a noção de competências e a organização dos cursos por eixos tecnológicos, estando o *Labóratório de Currículos* como “codinome” do Gfac. Sendo uma das funções do Gfac desenvolver estudos e elaborar modelos de referência para os currículos, o Laboratório de Currículos é apresentado como “o processo e os produtos relativos à pesquisa, ao desenvolvimento, à implementação e à avaliação de currículos escolares [...]” (p. 365). O Gfac surge em regulamentação própria vinculado, sobretudo às atividades de gestão do currículo que é pensado de maneira inovadora à medida que estabelece diálogos e parcerias com o setor produtivo e que busca à adequação às diretrizes curriculares nacionais. Uma das inovações ressaltadas foi a reorganização do currículo por eixos tecnológicos, algo como a noção de competência, não problematizada no estudo.

Em 2015, sob os auspícios das atividades do Gepemhep surgiu a publicação de um artigo do Prof. Ms. Almério Melquíades de Araújo, coordenador da Unidade de Ensino Médio e Técnico do Ceeteps, intitulado “Currículos e Programas do ensino técnico no Brasil: décadas de 1970 a 2010”. Assim como nos textos de Demai (2011, 2013) o artigo não propõe uma interlocução com os estudos e debates mais recentes sobre currículo, construindo a uma análise documental da legislação para a EPT a partir dos anos 1970 produzida, afirma Araújo (2015) de maneira “intempestiva e burocrática”. O autor analisa a pertinência da adequação desta legislação às demandas por mais escolaridade e conhecimentos técnicos dos profissionais empregados ao determinar a profissionalização compulsória do ensino secundário (p. 16-17)

O autor continua no artigo suas reflexões sobre as continuidades e discontinuidades quanto à integração ou não da educação profissional à formação secundária, apontando para os debates e resistência nos anos 1970 e 1980 que resultaram na determinação pelo Decreto

Federal 2.208/97 e parecer CNE/CEB n. 16/99 que não mais permitiam a integração em um único currículo da formação geral com a formação profissional. O autor entende que as diretrizes e os parâmetros curriculares implementados pelo Ministério da Educação no final dos 1990 e início dos anos 2000, ao ratificarem a noção de competências foram úteis no sentido de legitimar projetos pedagógicos e práticas didáticas integradoras. Araújo (2015), apresenta, portanto, uma reflexão sobre essas diretrizes baseada na centralidade da noção de competência comparando essa orientação ao desdobramento que teve no cotidiano escolar:

O conceito de competência permitia integrar teoria e prática, pois a competência é consequência dos conhecimentos, das habilidades, dos valores e sensibilidade que uma pessoa desenvolve: ela é competente quando consegue em uma ação, mobilizar esses conhecimentos e essas habilidades e resolver determinado problema (Araújo, 2015, p. 18)

Como aparece nas reflexões de Demai (2011, 2013), a pedagogia das competências se tornou facilmente assimilável ao currículo à medida que permitia um melhor processo de formação e um produto mais próximo da realidade das empresas. Segundo Araújo (2016), a nova orientação superava a ideia antiga de:

[...] definir o técnico voltado somente à execução. Para ele ser diferente, tem que saber planejar e saber fazer e também controlar. Houve uma mudança na hierarquia das empresas: os cargos nos diferentes setores produtivos se reduziram, ampliando as responsabilidades de cada função ou cargo (p. 19).

O autor se coloca criticamente à ideia de politecnia apresentada como algo que propunha a “extinção da habilitação profissional como objetivo da formação para o trabalho” (p. 20). O autor celebra a política desenvolvida para o Ensino Técnico entre 2003 e 2010 por parte da Sete/MEC, ao enfatizar a alternativa curricular do Curso Técnico Integrado ao Médio (ETIM), mas reconhece que esta alternativa tem limites quanto aos estudantes trabalhadores que dispõem comumente apenas do período noturno para estudar.

O autor estabelece uma reflexão sobre as contradições relativas ao ETIM, baseando-se não só nas continuidades e descontinuidades da legislação mas confrontando a necessidade uma formação integral e integradora com a realidade da formação de professores, gestores e experiência de alunos trabalhadores. O autor apresenta estas contradições afirmando que é necessário, portanto, “[...] recriar uma cultura, um pensamento pedagógico, de forma inédita, calculada a partir da análise das necessidades e das consequências de todo e qualquer ato histórico” e apresenta o desafio político de “unir em objetivos comuns gerações de professores e gestores”, “que não pode ser resolvido com a publicação de uma nova lei” (ARAÚJO, 2015, p. 20).

Ao contrário dos artigos de Demai, em que se celebra o caráter inovativo das concepções e práticas curriculares do Ceeteps, o artigo de Araújo (2015) demonstra aceitar o cerceamento da “dinamicidade do trabalho curricular” aqui compreendida como a capacidade, nem sempre possível, de se adequar muito eficaz e eficientemente o currículo às demandas do setor produtivo. Aponta para a necessidade de se deter nas várias condicionantes da reconstrução curricular de uma crítica epistemológica, crítica essa que exige fomento ao estudo e à pesquisa (p. 24).

O trabalho de construção e reconstrução de currículos aparece neste estudo de Araújo (2015) algo que não se restringe a implementação de “produtos e processos” como apontando na formulação do Laboratório de Currículos apresentada por Demai (2013), mas muito mais próximo do que Ivo & Hypolito (2013) apontam para os currículos na educação profissional quando afirmam que:

O contexto da prática é onde as políticas entram em ação e estão sujeitas a interpretações e recriações. É o contexto onde se produzem efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. É um espaço sem previsão possível, é ambiente recontextualizador por excelência, onde a contingência da prática reinterpreta e ressignifica as políticas educativas pretendidas por formuladores que, em geral, desconhecem os ambientes escolares e a realidade do trabalho docente (p. 206).

A dinamicidade da cultura e do cotidiano escolar não estão para o currículo como obstáculos à uma desejável plasticidade do trabalho curricular, mas como algo que possa dar a ele o sentido coletivo e político numa perspectiva emancipadora da educação em que os atores são capazes de reinterpretar e ressignificar as políticas educativas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho, buscando compreender os estudos, reflexões e intervenções que determinam a proposta curricular de educação profissional visando uma maior inserção social dos jovens estudantes, elegeu como objeto de análise publicações entre 2010 e 2015 de professores pesquisadores do Ceeteps diretamente envolvidos na construção da arquitetura curricular dos cursos técnicos oferecidos pela instituição. Partindo de um referencial teórico sobre as teorias e as práticas do currículo que o abordam de uma perspectiva social e crítica, o estudo priorizou artigos destes professores pesquisadores que foram apresentados em

eventos institucionais promovidos por um grupo de pesquisa dedicado ao estudo da história e da memória das unidades do Ceeteps.

A produção destes professores visa, de uma forma geral, apresentar e legitimar a historicidade do papel exercido por esta instituição desde 1969, ano de sua fundação. Suas reflexões estão alinhadas com uma formação profissional que atenda as demandas do setor produtivo, da formação de trabalhadores adequados para os diferentes momentos do desenvolvimento tecnocientífico do país, colocando-se de maneira afirmativa quanto à pedagogia das competências.

Os trabalhos, sobretudo de Demai (2011, 2013) documentam os esforços institucionais em torno de uma política inovativa de elaboração e gestão dos currículos, articulando essa política a uma perspectiva ampla de gestão de “produtos e processos” educacionais e da capacitação de professores. As publicações apenas de forma indireta mencionam e dialogam com os estudos mais recentes sobre currículo, pautando-se sobre uma leitura peculiar das diretrizes educacionais propostas em nível federal a partir dos anos 1990 e sobre as experiências institucionais consideradas inovadoras. Parte do caráter de inovação no desenvolvimento de currículos é atribuído a uma certa “dinamicidade do trabalho curricular” em meio às necessidades colocadas pela reestruturação produtiva e a flexibilização das relações de trabalho.

Contudo, ao abordar de maneira específica as continuidades e discontinuidades das diretrizes curriculares quanto ao ensino técnico integrado ao médio, as contradições deste processo aparecem nas reflexões de Araújo (2015). A integração curricular surge, neste contexto, como algo que extrapola as discussões em torno das competências e habilidades dos alunos, trazendo as questões relativas ao trabalho coletivo entre professores, à uma formação docente em moldes modificados, à necessidade da pesquisa e de uma crítica epistemológica.

## **Referências**

Apple, M. (2006). *Ideologia e Currículo*. Porto Alegre: Editora Artimed.

Araújo, A.M. (2015). *Currículos e Programas do Ensino Técnico no Brasil: década de 1970 a 2010*. In: Carvalho, M.L.M. (org.). *Patrimônio artístico, histórico e tecnológico da educação profissional*. São Paulo, Ceeteps.

Araujo, Edilene R.; Florambel, Heveline C. A.; Jucá, Sandro C.; Silva, Solonildo A. da (2019). Avanços da Educação Profissional no Brasil e sua subordinação histórica ao sistema capitalista. *Research, Society and Development*, v.8, n.8, p. 1-17

Brasil (2012). Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Conselho Nacional de Educação*. Câmara Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 21 set. 2012. Seção 1, p.22.

Carvalho, Maria Lúcia Mendes de (org) (2011). *Culturas, saberes e práticas (Memórias e história da educação profissional)*. São Paulo: CPS. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/memorias/memoria.html>. Acesso em: 20 jul. 2016

(2013). *Patrimônio, currículos e processos formativos: memórias e história da educação profissional*. São Paulo: Ceeteps.

Ciavatta, M. & Ramos, M. (2012). A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. *Revista Brasileira de Educação*, 17(49) 11-37, Janeiro-abril.

Cordão, F.A. (2013). Desafios das diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, 39(2): 26-47, maio/ago.

Cunha, M. I da (2003). Aportes teóricos e reflexões da prática: a emergente reconfiguração dos currículos universitários. In Masetto, Marcos (org.) *Docência na universidade*. Campinas: Papirus.

Demai, Fernanda Mello (2011). O currículo escolar em educação profissional e a formação de parcerias: experiências e tendências do Centro Paula Souza. In: Carvalho, Maria Lúcia Mendes de (org). *Culturas, saberes e práticas (Memórias e história da educação profissional)*. São Paulo: Ceeteps, 2011. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/memorias/memoria.html>. Acesso em: 20 jul. 2016

(2013). O trabalho do Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza: histórico e organização. In: Carvalho, Maria Lúcia M. *Patrimônio, currículos e processos formativos: memórias e história da educação profissional*. São Paulo: Ceeteps.

Ivo, A.A. & Hypolito, Á.M. (2013). Currículo e Educação Profissional: uma proposta curricular para o PROEJA em análise . *Cadernos de Educação*. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas (38): 201 - 233, janeiro/abril.

Lopes, Marcelo Wilton Vieira (2019). Educação Profissional entre os anos 30 e 90: uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro. *Research, Society, and Devolepment*. V. 8(10).

Macedo, M (2006) Currículo: Política, Cultura e poder. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n2, PP.98-113, Jul/Dez.

Manfredi, Silvia (2016). *Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história*. São Paulo: Paco Editorial.

Moreira, A. F. B.; Silva, T. T. da (org.). (2011) *Currículo, cultura e sociedade*. 12<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Cortez.

Oliveira, Dalila A (2016). As políticas para o ensino médio na realidade brasileira: uma agenda em disputa. *Revista Poiésis*, Tubarão. v. 10 , n.17, p. 187, 198, jan/Jun 2016.

Disponível em:

<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/3882/2700>. Acesso em: 10 jun. 2017

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Salvador Rodrigues de Oliveira - 35%

Sueli Soares dos Santos Batista – 35%

Ivanete Bellucci Pires de Almeida – 30%